

-----**ACTA NÚMERO QUATRO**-----

-----**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BELMONTE, REALIZADA EM VINTE E SETE DE ABRIL DE DOIS MIL E SEIS.**

-----Aos vinte e sete dias do mês de Abril de dois mil e seis, pelas 20:30 horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Belmonte, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal Manuel Tomás Gerales, comigo o Senhor António Manuel Evaristo Duarte primeiro Secretário da Mesa e o Senhor Artur Alberto Mendes de Elvas Segundo Secretário da Mesa.

-----**Eleitos do PS:** Alfredo Guerra Martins, Catarina Alexandra Teixeira Mendes, Joaquim Robalo Amaro, José Martins da Fonseca e Maria da Graça Pedruco Paulo Amaro; -----

-----**Eleitos do PSD:** Acácio Bernardo Nunes Dias, António Luís Nave D`Elvas, António Pinto Serra, Francisco António Afonso Barata Silveira e José Carlos Dias Duarte Gonçalves;

-----**Eleitos da CDU:** Maria Dulce Ribeiro Pinheiro; -----

-----**Presidentes de Juntas eleitos do PS:** António Manuel Gonçalves Rodrigues Presidente da Junta de Freguesia de Belmonte, Carlos Manuel Teixeira Amaro Presidente da Junta de Freguesia de Maçainhas, Manuel Firmino Cameira Presidente da Junta de Freguesia de Inguias e Vitor Manuel Mendes Alves Presidente da Junta de Freguesia de Caria;-----

-----**Presidentes de Juntas eleitos do PSD:** Paulo Jorge Dias Duarte Gonçalves Presidente da Junta de Freguesia de Colmeal da Torre.-----

-----Em virtude do membro constituintes da Assembleia Municipal, da lista da CDU Senhora Deputada Ilda Maria Barroso Leal ter pedido a suspensão de mandato, por período inferior a 30 dias, em conformidade com o artigo 78º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua última redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, 11 de Janeiro, foi convocada a Senhora Maria Dulce Ribeiro Pinheiro.-----

-----**O Senhor Presidente Assembleia** após ter verificado que existia quórum deu por aberta a sessão e leu o edital que deu origem à convocatória, informou que a Digníssima Assembleia iria funcionar com 19 presenças, registando-se a ausência da Senhora Deputada Maria Manuela Martins Sampaio.-----

-----De seguida leu a ordem de trabalhos que, que se transcreve:-----

-----1 - Aprovação da acta da sessão anterior;-----

-----2 - 1º Período de intervenção dos senhores munícipes; -----

-----3 - Período antes da ordem do dia; -----

-----4 - Período da ordem do dia; -----

-----4.1 - Informações do Presidente sobre a actividade municipal e situação financeira do município; -----

-----4.2 – Isenção do IMT, ao abrigo da alínea a) do nº 1 do artigo 11º da Lei nº 171/99, de 18 de Setembro, alterada pelo nº 7 do artigo 115º, da Lei nº 55-B/2004, de 30 de Dezembro;

-----4.3 – Apresentação, discussão e aprovação do Relatório de Gestão e Prestação de Contas do ano de 2005;-----

-----5 – 2º Período de intervenção dos Senhores Munícipes.-----

-----**1 - APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ANTERIOR:**-----

-----**LEITURA E APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 24 DE FEVEREIRO DE 2006.**-----

-----**O Senhor Presidente da Assembleia** submeteu o ponto à discussão, dando a palavra ao Senhores Deputados:-----

-----**O Senhor Deputado** José Martins da Fonseca (PS) no uso da palavra disse o seguinte:

-----“Uma acta, em princípio, deve conter um resumo completo, mas correcto, do quanto se passa na Assembleia. É óbvio com os novos meios de tratamento de som consegue-se ser mais completo e menos resumido. Por outro lado, diz o nosso regimento e diz a lei que as actas da Assembleia Municipal serão em princípio, feitas por um funcionário designado para o efeito. Mas no fundo, não foi tirada a responsabilidade do Senhor 1º Secretário da Mesa relativamente ao controlo da feitura das actas. Nestas que têm sido feitas, é óbvio que tem sido muito difícil, é óbvio que falham, por vezes também devido às condições sonoras, mas, notam-se algumas insuficiências que retiram um pouco o conteúdo do que se passa na Assembleia. Isso deveria ser evitado, no fundo isto é uma recomendação. Mas, entendo que da parte da Mesa deve haver mais atenção, porque de modo nenhum deixou de ser também responsável pelas actas. -----

-----No que diz respeito à presente, além de outras coisas, na folha sete há uma primeira intervenção da minha pessoa, e depois há uma segunda intervenção também minha, e pelo meio houve factos muito importantes, que se perderam por completo. Eu entendo que não ficaram gravados, mas faço um apelo que nestas alturas se tome um apontamento. A palavra «deselegante» aparece no discurso provinda da Assembleia, não foi de minha iniciativa que eu peguei na palavra deselegante, mas foi a propósito de eu para responder sobre uma proposta de «Moção» desejar consultar o respectivo texto. Considero que não é uma prerrogativa mas sim um dever, Pois não se pode é votar naquilo que não se entendeu e obviamente que estes textos das moções que têm sido apresentados, são profusos, complicados e por vezes contraditórios. Correcto, era o texto ser distribuído previamente por cada pessoa, pois mal é votar sem se dar conta do que lá está. A omissão dessa intervenção foi dizer que o meu acto de querer consultar o texto da «Moção», para me pronunciar sobre ela era «deselegante» ficou completamente omitido e isso obviamente torna extremamente «deselegante», a minha evocação da «deselegância». Não sei porquê mas deve ser deficiência minha, que em todas as minhas intervenções vejo imensas deficiências de pontuação, que retira o sentido. Acho que não falo tão sem sentido, porque cada vez que leio as actas, e leio as minhas intervenções, aparecem com muito pouco sentido, e por outro lado já aconteceu num discurso, (na sessão de tomada de posse), que alguns apodaram de “grande”, onde eu pretendi comunicar os princípios que nos informam para o futuro e para todo o mandato, e não aparece na acta referência a essa intervenção”.

-----**O Senhor Deputado** António Luís Nave D` Elvas (PSD) no uso da palavra e relativamente ao ponto em discussão disse o seguinte: “Relativamente à acta e para que o texto se complete, há entre as intervenções do Senhor Deputado Martins da Fonseca a falta duma intervenção minha, na qual genericamente dei o seguinte sentido “que as palavras frouxas e perversas, eram deselegantes” no que diz respeito à moção apresentada por nós (bancada do PSD), e isso deu sequência, naturalmente, a que o Senhor Deputado Martins da Fonseca pudesse vir dizer «deselegante não» e por aí contrapor numa segunda intervenção. Mas o sentido da minha intervenção que intermedeia estas duas do Senhor Deputado Martins da Fonseca tem mais ou menos este contexto e sentido que diz “que as palavras frouxas e perversas, são efectivamente deselegantes para quem apresenta uma moção com direito quem tem de o fazer.” Relativamente a uma outra rectificação na sequência da troca de argumentos, no que concerne à inclusão da Comissão Fabriqueira de Caria na composição da organização e funcionamento do Regulamento Municipal de Segurança, falta uma

intervenção para que o que se diz faça algum sentido, nomeadamente depois da troca de argumentos tida. O Senhor Presidente da Assembleia manifestou o desejo de retirar a sua proposta da inclusão da Comissão Fabriqueira da composição na organização do Regulamento Municipal de Segurança, uma vez não ter havido consenso das bancadas, pelo que de imediato em nome do PSD, proferi uma nova intervenção dizendo que por uma questão de princípios se o Senhor Presidente da Assembleia retirasse a sua proposta, o PSD via-se na obrigação de a repor e vota-la como proposta do PSD, o que veio a acontecer e votada favoravelmente. Tudo isto é necessário que fique registado para que o texto faça algum sentido e não tenha menções vagas” .-----

-----De seguida o **Senhor Presidente da Assembleia** disse o seguinte: “Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Martins da Fonseca em que diz «votar sem saber o que lá está», penso que é obrigação dos Senhores Deputados lerem a acta para a poderem votar caso contrário não a poderão votar em consciência. Pelo que é uma obrigação de todos lerem a acta e saber o que nela se retrata”.-----

-----**O Senhor Deputado** José Martins da Fonseca (PS) no seguimento das intervenções tidas disse o seguinte: “Que compreendo perfeitamente as dificuldades que se tem na feitura deste documento, mas pretendi com a minha intervenção contribuir para o aperfeiçoamento da acta, até tendo em conta, que vão ser colocadas no site da Assembleia Municipal. Relativamente às emendas que aqui se possam fazer, entendo que só quando afectam o conteúdo da acta, e não a ortografia porque senão tínhamos que ficar aqui umas duas horas”

-----**O Senhor Presidente da Assembleia** informou que se iria proceder à votação da acta da Assembleia Municipal de Belmonte, realizada em 24 de Fevereiro de 2006.-----

-----Tendo a Assembleia Municipal deliberado, por maioria, aprovar a acta da sessão ordinária realizada em 24 de Fevereiro de 2006, com 17 votos a favor e 2 abstenções do Senhor Deputado José Carlos Dias Duarte Gonçalves e da Senhora Deputada Maria Dulce Ribeiro Pinheiro, por motivo de ausência na referida sessão.-----

-----De seguida o **Senhor Presidente da Assembleia** informou que iria passar ao expediente e informou Assembleia que através de informação escrita tinha sido dado conhecimento da correspondência recebida e expedida.-----

-----De seguida informou a Assembleia que se iria designar a Comissão Permanente da Assembleia Municipal, com o comum acordo das bancadas dos partidos representados, pelo que esta iria ser composta pelos seguintes membros:-----

-----Os membros que compõe Mesa da Assembleia Municipal: Manuel Tomás Gerales, António Manuel Evaristo Duarte e Artur Alberto Mendes Elvas;-----

-----Pelo PS: José Martins da Fonseca em sua substituição Alfredo Guerra Martins;-----

-----Pelo PSD: António Luís Nave D`Elvas em sua substituição Acácio Bernardo Nunes Dias;-----

-----Pela CDU: Ilda Maria Barroso Leal em sua substituição Maria Dulce Ribeiro Pinheiro;-----

-----**2 – 1º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS SENHORES MUNICÍPES:**-----

-----**O Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao público presente, não tendo havido qualquer intervenção.-----

-----**3 - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

-----**O Senhor Presidente da Assembleia** declarou que estavam abertas as inscrições para o período antes da ordem do dia.-----

-----**A Senhora Deputada** Maria Dulce Ribeiro Pinheiro (CDU) apresentou duas moções intituladas “Contra o encerramento de serviços públicos” e “Contra o encerramento de maternidades na Beira Interior”.-----

-----**Moção:** “Contra o encerramento de serviços públicos.-----

-----Entre várias tarefas fundamentais do Estado, consagradas na Constituição da República está a de «promover o bem-estar e a qualidade de vida do povo e a igualdade real entre os portugueses, bem como a efectivação dos direitos económicos, sociais e culturais, mediante a transformação e modernização das estruturas económicas e sociais».-----

-----Direitos que só serão garantidos se o Estado tomar a seu cargo um conjunto de serviços públicos básicos como os transportes públicos, o abastecimento de água, o acesso ao saneamento básico, o serviço postal, as telecomunicações, bem como um conjunto de serviços que garantem importantes direitos sociais e económicos, como os que estão constitucionalmente consagrados nas áreas da saúde, da educação, da cultura e da segurança social, independentemente das condições económicas, sociais e da região onde vivam.-----

-----As políticas de sucessivos governos e especialmente do actual, depois da diabolização dos trabalhadores da administração pública, constituem uma verdadeira operação pública de aniquilação dos serviços públicos. Por todo o país, e em especial no interior, estamos a assistir como nunca ao desaparecimento, limitação e degradação profunda dos serviços públicos a que a população tem direito.-----

-----Depois do encerramento de escolas e da tentativa de fechar jardins-de-infância à revelia de autarquias locais, das populações e das comunidades educativas, e com todas as consequências que isso representa, o Governo fala na necessidade de reestruturar, o que o mesmo é dizer, encerrar, um conjunto significativo de serviços, como as Maternidades, Repartições de Finanças, Postos de Correios, Tribunais, Postos da GNR, extinção da DRABI, entre outros, como a liquidação do transporte ferroviário (de que é exemplo a intenção de extinguir o serviço Inter Cidades), com um único objectivo: poupar dinheiro. Ora como todos sabemos, o encerramento de serviços públicos em concelhos como o nosso, teria um efeito desastroso, quer em matéria de abandono das populações, quer de periferização em relação a outros territórios.-----

-----Na verdade, e em muitos casos acima referidos, já só falamos de manter o que temos, quando o que seria necessários era melhorar o que existe mas também caminhar no sentido de robustecer o interior, relocando e redistribuindo os serviços públicos, fixando funções, gente e assegurando uma maior proximidade entre os cidadãos e a sua administração.-----

-----Outra coisa bem diversa, é que o governo faça precisamente o contrário, sabendo-se que tal agrava as desigualdades, impede o desenvolvimento harmonioso e equilibrado do país e do interior e põe em causa o princípio da igualdade de oportunidades.-----

-----Não podemos aceitar que se transforme o Estado social consagrado na Constituição de Abril, num Estado liberal, assente na filosofia, perfilhada pelo primeiro-ministro de que menos Estado é melhor Estado. A Constituição consagra importantes princípios no que diz respeito aos serviços públicos às populações.-----

-----Assim, a Assembleia Municipal de Belmonte, reunida em 27 de Abril de 2006, delibera:-----

-----Manifestar-se contra o encerramento economicista de serviços públicos na região e no Concelho de Belmonte;-----

-----A adopção de medidas de reforço e melhoria da capacidade de resposta dos serviços públicos.”-----

-----A Eleita da CDU.-----

-----**Moção:** “Contra o encerramento de Maternidades na Beira Interior.-----

-----Em 2004, a TMI (Taxa de Mortalidade Infantil), em Portugal foi 4/1000 (a quinta melhor da União Europeia) colocando-se o nosso país numa posição mais favorável que a Grécia, Luxemburgo, Irlanda, Reino Unido, Holanda e a Bélgica. Este progresso, que englobou também a componente de mortalidade das crianças com menos de cinco anos, levou a Organização Mundial de Saúde a classificar o nosso serviço de saúde em 12.º lugar entre mais de 300 países.-----

-----Estas são conquistas civilizacionais que não só nos devem orgulhar como nos devem levar a considerar e a exigir como indispensável a necessidade de continuar a investir na saúde materno infantil alargando serviços e apoios, e não encerrando serviços em obediência a critérios unicamente economicistas.-----

-----As Maternidades da Beira Interior, cujos serviços de elevada qualidade humana e técnica têm assegurado ao longo de várias décadas o atendimento de milhares de mulheres e crianças, são ainda hoje responsáveis pela realização de cerca de 2000 partos por ano. --

-----De realçar ainda que a maternidade de Castelo Branco é uma peça indispensável ao funcionamento do curso de Especialização em Enfermagem de Saúde Materna e Obstetrícia, recentemente aprovado, na Escola Superior de Saúde do IPCB, sendo-o, por idênticas razões a da Covilhã, onde existe um Hospital Universitário em desenvolvimento, enquanto a maternidade da Guarda serve um total de 14 concelhos alguns dos quais distando mais de cem quilómetros dessa cidade, onde existe igualmente uma Escola de Enfermagem.-----

-----É por isso inaceitável a intenção do Governo PS de considerar o eventual encerramento de Maternidades na Beira Interior.-----

-----Nenhum critério, económico, técnico ou estatístico, pode justificar o encerramento desta importante valência, que, a verificar-se, significaria mais cedo que tarde a fragilização quando não o desaparecimento de outros serviços e valências agregadas ou mesmo a sua privatização, pondo em causa o direito à saúde consagrado constitucionalmente.-----

-----Sabemo-lo nós sabe-o o Governo PS, como bem evidencia a cínica atitude de empurrar a decisão para terceiros, e o ainda mais cínico argumento de invocar a proximidade que a A23 acarreta, como se as populações estivessem todas junto aos respectivos nós.-----

-----Seria dramático que uma região como a nossa, já duramente atingida pelo desinvestimento, pela perda de serviços e pela incapacidade de fixar população, particularmente jovem, fosse alvo de encerramento de serviços públicos essenciais como as Maternidades, acrescentando à falta de oferta de saídas profissionais, também a falta de adequada assistência maternal.-----

-----É por tudo isto que a Assembleia Municipal de Belmonte, reunida em 27 de Abril de 2006, delibera:-----

-----Manifestar o seu mais veemente repúdio perante as intenções já manifestadas pelo Governo PS de pretender encerrar Maternidades na Beira Interior;-----

-----Apoiar todas as acções institucionais e cívicas de indignação e contestação ao encerramento de Maternidades.”-----

-----A Eleita da CDU.-----

-----De seguida o **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Senhor Deputado Alfredo Guerra Martins.-----

-----**O Senhor Deputado** Alfredo Guerra Martins (PS) apresentou uma moção em nome do Grupo Municipal do PS:-----

-----**Moção:** “Considerando que, o Governo anunciou que se propõe reorganizar as instituições de saúde de forma a melhor servir as populações racionalizando os meios necessários;-----

-----Considerando que para tal reorganização o Governo avançou a hipótese de encontrar a melhor solução, para o problema das maternidades;-----

-----Considerando que perante um simples anúncio de estudo de soluções se inventam situações de alarmismo para assustar as populações com um derrotismo que só pode prejudicar e não traz soluções;-----

-----Considerando que por vezes se impõe o sacrifício de critérios puramente economicistas para dar razão de ser ao estado social que perfilhamos;-----

-----Sendo que o problema das maternidades é verdadeiramente sério e não pode obedecer só a critérios economicistas;-----

-----Sendo ainda que tudo está numa fase de estudo;-----

-----Sendo que o país está numa necessidade premente da reorganização do serviço de saúde.-----

-----O Grupo Municipal do PS de Belmonte propõe:-----

-----Que se envia ao Ministério de Saúde, à Administração Regional de Saúde do Centro, a Sub-região de saúde de Castelo Branco, e ao Governo Civil o testemunho:-----

-----Da nossa preocupação desta Assembleia perante as medidas que possam ser tomadas em prejuízo das parturientes deste já tão desprotegido Interior.-----

-----Da nossa determinação e desta Assembleia de reendivicar que sejam previamente ouvidas as forças políticas e sociais bem como os poderes locais sobre as soluções a adoptar.”-----

-----**O Senhor Presidente da Assembleia** deu início ao período de discussão das moções apresentadas.-----

-----**O Senhor Deputado** José Martins da Fonseca (PS) relativamente às moções apresentadas disse o seguinte:-----

-----“Consideramos extremamente relevante o papel do Partido Comunista na sociedade portuguesa, pela sua virtude de trazer à superfície problemas reais, mas discordamos por completo do estilo de soluções que se propugnam para esses problemas.-----

-----Relativamente à primeira moção, onde é que iríamos buscar dinheiro para o estado andar a transportar toda a gente, para dar água a toda a gente, a tratar da saúde de toda a gente. Tudo quanto disse, está nos considerandos da primeira moção, toda esta lista infinita, e é por isso que eu digo e que levanto a hipótese, de se não se está a pretender que o estado substitua as pessoas naquilo que as pessoas devem fazer. O estado tem uma função social que está na constituição, mas está lá, “assegurar” e não “fazer”, o estado tem que assegurar estas funções, mas não tem que fazer tudo, porque nessa altura as pessoas não faziam nada. Se o estado faz tudo as pessoas não fazem nada.-----

-----Quando chegamos às conclusões e se fala de «consequências desastrosas da acção do Governo, que prejudicam o desenvolvimento harmonioso», nota-se que todo este esforço que se faz para gerir bem os dinheiros públicos e de retirar ao estado coisas que não lhe cabe fazer, porque nós nunca fomos partidários de «quanto menos estado, melhor estado», nós somos partidários de um estado forte, actuante, responsável, consequente, e um estado responsável é aquele que não gasta mais naquilo que não temos. O estado responsável e consequente e que persegue um desenvolvimento harmonioso, é aquele que vê bem onde gasta o dinheiro e vê bem onde é que o pode ir tirar, e aí sim é que nós podemos corrigir a actuação, que porventura vai buscar o dinheiro a quem não deve. O estado consequente

fiscaliza, o estado conseqüente coordena, o estado conseqüente está presente em todo lado, mas, como um bom árbitro, é preferível que não se dê conta dele. Não se pode exigir a um governo e ao estado em geral que embarque por soluções que nos poderiam atirar para uma miséria irreversível. -----

-----Relativamente às maternidades, é óbvio e está frisado nesta moção que o PS apresentou, que o estado tem de prover que as mães sejam cuidadas, tenham uma assistência pronta e eficaz, e temos que o exigir, mas não se entre em demagogias. -----

-----Dizem que se fecham as escolas mas ainda não se fecharam. O Primeiro-ministro relativamente às maternidades já deixou a sua posição bem definida e nunca foi no sentido de que se fechassem maternidades «ad`hoc». Para nós não há tabus, as maternidades podem ser fechadas, desde que se chegue à conclusão de que há outras formas melhores de tratar das mães e das crianças. E isso tem que ser discutido, tem que ser acompanhado por nós com muita atenção e tem que ser discutido com os poderes locais, com as entidades de serviço social. Não se está a fazer um bom serviço por este tão importante sector da saúde quando se fazem manifestações do género das que se têm feito, que quase me lembram “procissões de velas do antigo regime”. Os assuntos são para se encararem de frente, temos que exigir ao governo que não se alije das suas responsabilidades, pois a dele é fazer com que apareça feito, não é de a fazer, á um velho princípio de gestão que diz «o bom gestor não é o que trabalha muito, que faz muito, é o que faz com que apareça feito», não queiram por o governo de pá e picareta a abrir valas nas ruas, exijam-lhe que os serviços públicos sejam feitos, mas que seja ele a encontrar “o melhor” para fazer esses serviços. E é nesse sentido que nós não podemos votar favoravelmente estas duas moções, que abordam problemas muito sérios, votaremos favoravelmente a moção por nós apresentada, que é uma alternativa mais digna, mais realista, mais conscienciosa para estes problemas”. -----

-----**O Senhor Deputado** José Carlos Dias Duarte Gonçalves (PSD) no uso da palavra disse o seguinte: -----

-----Em relação à primeira moção apresentada pela Senhora Deputada Dulce Ribeiro, dizer que, apesar de algum conteúdo, sem dúvida estatizante em relação a alguns princípios e alguns conceitos dos quais nós não partilhamos, entendemos que os meios justificam os fins, pelo que votaremos favoravelmente. -----

-----Em relação à segunda moção também apresentada pela Senhora Deputada Dulce Ribeiro, não teremos qualquer reserva em votar favoravelmente. -----

-----No que concerne à moção apresentada pelo PS, apesar de entendermos que as coisas não batem muito certo, em relação à primeira parte e em relação depois as deliberações que parece «uma no cravo, outra na ferradura», mas também votaremos favoravelmente essa moção.” -----

-----**A Senhora Deputada** Maria Dulce Ribeiro Pinheiro (CDU) começou por dizer o seguinte: -----

-----“Lamento e peço desculpa a todos os presentes pela minha acção intempestiva de ter saído da sala, mas não pude assistir ao completo da intervenção do Senhor Deputado Martins da Fonseca, até porque recentemente cumpriram-se trinta anos sobre a primeira Constituição da República Portuguesa, no Portugal Democrático, o meu espírito democrático não consegue escutar intervenções como o início da intervenção do Senhor Deputado.”---

-----**O Senhor Presidente da Assembleia** informou que naquele momento se registavam 20 presenças, com a presença da Senhora Deputada Maria Manuela Martins Sampaio.-----

-----De seguida disse que se iria passar à votação das três moções apresentadas, começando a votação pela primeira moção apresentada pela Senhora Deputada Dulce

Pinheiro (CDU), intitulada “Contra o encerramento de serviços públicos”, sobre a qual tendo a Assembleia Municipal deliberado por maioria aprovar a mesma com 10 votos a favor, sendo 2 do PS, 7 do PSD e 1 da CDU, e com 7 votos contra do PS e 3 abstenções do PS.-----

-----Segunda moção apresentada pela Senhora Deputada Dulce Pinheiro (CDU), intitulada “Contra o encerramento de maternidades na Beira Interior”, tendo a Assembleia Municipal deliberado por maioria rejeitar a moção com 9 votos contra do PS, com 8 votos a favor do PSD e da CDU e com 3 abstenções do PS. -----

-----**A Senhora Deputada** Maria Dulce Ribeiro Pinheiro (CDU) apresentou declaração de voto: -----

-----Declaração de voto: “É de lamentar a votação destas duas moções e a contradição que encerra, sendo que a primeira continha também o encerramento das maternidades sido votada a favor e esta segunda específica sobre este problema tão grave para a nossa região, ter sido votada desfavoravelmente, o que lamento, e que fará com que os Senhores Deputados terão de responder perante as populações que os elegeram.” -----

-----**O Senhor Deputado** António Luís Nave D`Elvas (PSD) relativamente à votação das moções disse o seguinte: -----

-----“Dado o resultado da votação sobre esta matéria específica que visava um voto de repúdio pela eventual fecho de maternidades na nossa região, e dado que esta Assembleia votou contra esta moção, só queria deixar um testemunho que me parece oportuno. -----

-----Se há matéria, que justifique uma sublevação popular, essa matéria é a das maternidades. Se matéria há que a população nunca compreenderá, é o facto de ter que mandar as suas parturientes e os seus filhos nascerem fora do seu meio, fora do seu Concelho, do seu Distrito, nascer muito mais longe com risco de vida, com riscos para o bebé e para a parturiente. -----

-----O serviço de proximidade impõe que cada vez esteja mais próximo o serviço que as pessoas necessitam, nomeadamente o da saúde. É completamente inconcebível que a economia financeira do estado se faça por serviços básicos do estado, e um deles é o Serviço Nacional de Saúde, e naturalmente também as maternidades. Esta é uma matéria sobre a qual temos que ser intransigentes, pelo que muito me choca que esta Assembleia não tenha votado favoravelmente esta moção. Temos que saber em cada momento ultrapassar as divisões partidárias deixar de ter «colados à testa» o símbolo partidário, e «saber despir a camisola», «saber vestir a camisola do concelho», lutar pelos interesses dos munícipes e votar em cada momento independentemente das orientações partidárias do governo aquilo que melhor serve os interesses das nossas populações. Pelo que penso que nesta matéria prestamos hoje aqui um mau serviço à população não defendendo aquilo que são os serviços básicos e aquilo que são os serviços de proximidade que todos necessitamos e que a população nos exige. Que a população saiba qual o sentido de voto desta Assembleia e o grau de indignação, ou de não indignação, relativamente a esta matéria que me parece, uma das mais importantes que pudéssemos debater durante este mandato.” -----

-----**O Senhor Deputado** José Martins da Fonseca (PS) relativamente à votação das moções apresentadas, disse o seguinte: -----

-----“Apenas para responder e lamentando que não seja entendido o que se disse, porque assim tenho que lamentar a minha própria capacidade de expressão. -----

-----Eu, durante a minha intervenção, não disse uma única palavra que fosse contrária aos tais serviços de proximidade, que negasse minimamente a responsabilidade que o estado tem para que os serviços públicos sejam prestados de maneira eficaz. Nem uma palavra V.

Exas. encontram. Encontram sim, a minha discordância pela demagógica vontade de que o estado faça tudo, em vez de fazer com que apareça feito. Relativamente aos tais serviços que dizem que se vão extinguir, hoje aqui, fomos claros que não temos tabus, admitimos que há serviços que têm de ser extintos, há outros que têm que ser reorganizados, e há outros que presentemente e atentas as circunstâncias não merecem intervenção, para já. Para nós não há tabus, para nós um governo tem que todos os dias se questionar a si próprio e por em causa se este ou aquele serviço está bem no seu lugar, é isto que um governo tem que fazer. Porque se me disserem que aquilo que nós vimos anunciar aqui nestas moções, digo já que não estamos de acordo, mas nós «disparamos» para o sítio certo e a questão é esta, nós queremos que o estado tenha em conta o interesse das populações, mas para isso não pode andar a esbanjar dinheiro, não o pode andar a empregar mal porque os recursos são limitados, tem é que fazer opções, ouvindo as populações e as forças actuaes locais.”

-----**O Senhor Presidente da Assembleia** por último submeteu à votação a moção apresentada pelo Senhor Deputado Alfredo Guerra Martins (PS), tendo a Assembleia Municipal deliberado por maioria aprovar a moção com 19 votos a favor sendo 12 do PS, 6 do PSD e 1 da CDU e 1 abstenções do Senhor Deputado António Pinto Serra do PSD.-----

-----**O Senhor Presidente da Assembleia** informou os Senhores Deputados que iria passar ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.-----

-----**4 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

-----**4.1 - INFORMAÇÕES DO PRESIDENTE SOBRE A ACTIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO**-----

-----**O Senhor Presidente da Assembleia** começou por dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

-----**O Senhor Presidente da Câmara** que disse a informação presente reflectia a opinião do executivo no período que decorreu, pelo que estaria à inteira disposição dos Senhores Deputados para prestar os esclarecimentos que acharem necessários.-----

-----**A Senhora Deputada** Maria Dulce Ribeiro Pinheiro (CDU) no que concerne à Informação do Presidente da Câmara sobre a actividade municipal disse o seguinte:-----

-----“Recomendava que o caminho agrícola da Laje da Fidalga, poderia com poucos custos e algum esforço municipal, ter um alargamento antes do sua pavimentação, antes da adjudicação dos trabalhos.-----

-----Relativamente ao ponto sobre Cultura, Educação, Desporto, Recreio e Tempos Livres e Acção Social, pude ler na acta da sessão anterior que o Senhor Presidente da Câmara disse: e passo a citar “cabe-me dizer-lhe que esta autarquia tem como principio apoiar todas as Associações que estejam federadas independente da modalidade que pratiquem”, isto vem no seguimento de uma questão colocada pelo Senhor Deputado Acácio Dias sobre a aplicação dos subsídios às Associações deste Concelho. Como é sabido existem mais atletas neste concelho federados além dos do futebol, nomeadamente os da Associação Desportiva, e uma série de atletas federados no Karaté. A questão que aqui se coloca não é forma como é atribuído o subsidio à instituição mas sim, o cumprimento do Regulamento no que diz respeito à atribuição das verbas relativas a estes atletas federados.”-----

-----De seguida a Senhora Deputada apresentou dois requerimentos a Mesa da Assembleia que se transcrevem:-----

-----Requerimento um: “Ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis venho pelo presente formular o Requerimento abaixo descrito, solicitando a V. Exa. que diligencie no sentido da sua rápida concretização.-----

-----Requero a V. Exa. que seja distribuída a esta Assembleia Municipal o Programa das Aldeias Históricas que se reporta ao Concelho de Belmonte.” -----

-----Requerimento dois: “De acordo com a Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro, no seu art. 53º alínea c), é competência da Assembleia Municipal, acompanhar e fiscalizar a actividade da Câmara Municipal, dos Serviços Municipalizados, das Fundações e das Empresas Municipais. No que em particular diz respeito às Empresas Municipais, tal só é possível se o município fizer chegar à Assembleia Municipal, documentos fundamentais, como sejam os instrumentos de gestão previsional (Planos de Actividades e Orçamentos) bem como os instrumentos de prestação de contas para além dos Contratos-Programa eventualmente celebrados.-----

-----Acontece que desde da criação da Empresa Municipal de Promoção e Desenvolvimento Social de Belmonte, esta Assembleia Municipal, nunca teve conhecimento dos documentos acima referidos, nem sequer conhecimento da aprovação dos mesmos em sede municipal. -----

-----Face ao exposto, a CDU vem por este meio solicitar todos os documentos acima referidos até esta data, ou seja, instrumentos de gestão previsional e de prestação de contas tal como estão previstos na Lei nº 58/98 – Lei das Empresas Públicas Municipais, Intermunicipais e Regionais.” -----

-----**O Senhor Presidente da Assembleia** disse que os requerimentos apresentados eram aceites pela Mesa da Assembleia, dando de seguida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

-----**O Senhor Presidente da Câmara** começou por responder às questões que lhe foram colocadas pela Senhora Deputada Dulce Pinheiro (CDU), e disse o seguinte: -----

-----“Esse caminho tal como os outros obedecem a critérios de pavimentação que estão estabelecidos pela entidade que financia estas obras, que é a DRABI, que tem como exigência uma plataforma de 3m de pavimento mais 0,50m para cada berma, ou de 4m mais 0,50m para cada berma, no primeiro caso os financiamentos são a 100%, no segundo caso são a 50%. Isto porque estamos a falar de caminhos agrícolas em que a sua função é dar acesso às propriedades agrícolas, pelo que o regulamento estabelece os limites acima mencionados. Sendo assim, a possibilidade de alargamento pode ser equacionada pelo menos naqueles que não são alvo de candidaturas. -----

-----Em relação aos atletas federados, nós avaliamos estas situações sempre na presença de um requerimento feito pelas associações, onde deve constar o número de praticantes federados, de onde são, juntar documentação comprovativa desse estado federado e só posteriormente é que nos pronunciamos e atribuímos o subsídio correspondente”. -----

-----**O Senhor Presidente da Assembleia** informou que iria passar ao ponto seguinte da ordem de trabalhos. -----

-----**4.2 – ISENÇÃO DO IMT, AO ABRIGO DA ALÍNEA A) DO Nº 1º DA LEI Nº 171/99, DE 18 DE SETEMBRO, ALTERADA PELO Nº 7º DO ARTIGO 115º, DA LEI Nº 55-B/2004, DE 30 DE DEZEMBRO.** -----

-----**O Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Senhor Deputado José Martins da Fonseca (PS).-----

-----**O Senhor Deputado** José Martins da Fonseca (PS) disse o seguinte: -----

-----“Medidas como as previstas no diploma referido na deliberação da Exma. Câmara Municipal, são em nosso entender altamente positivas para a tal política de proximidade e para o incentivo da fixação de populações cada vez mais jovens, no Interior do país. Por isso estamos inteiramente de acordo que o artigo 11º da Lei 171/99, de 18 de Setembro,

alterada pelo nº 7º do artigo 115º, da Lei nº 55º-B/2004, de 30 de Dezembro, passe a ser criteriosamente aplicado pelo município. O ideal seria que, houvesse alguma regulamentação onde se fixasse critérios de adaptação à realidade do nosso concelho. É um trabalho que à Câmara convirá. Após votarmos autorização para que conceda estas isenções nos termos da Lei.” -----

-----**O Senhor Deputado** José Carlos Dias Duarte Gonçalves (PSD) disse que votaria favoravelmente a proposta do executivo relativamente à isenção do IMT nos termos da Lei.

-----**A Senhora Deputada** Maria Dulce Ribeiro Pinheiro (CDU) disse o seguinte: -----

-----Votarei favoravelmente a proposta e recomendo que o executivo faça um esforço na divulgação desta matéria para que ela possa ser mais amplamente utilizada. Não deixa de ser curioso que esta Lei, de 1999, do Governo do Senhor Eng. Guterres, e que teimosamente o Governo do Senhor Eng. Sócrates teima em contrariar fazendo tudo para que se proceda ao despovoamento do Interior do país.” -----

-----**O Senhor Presidente da Assembleia** informou que se iria passar à votação do ponto em discussão. A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade aprovar a proposta apresentada.-----

-----**O Senhor Presidente da Assembleia** passou ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.

-----**4.3 – APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2005.** -----

-----**O Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Senhor Deputado Acácio Bernardo Nunes Dias (PSD). -----

-----**O Senhor Deputado** Acácio Bernardo Nunes Dias (PSD) disse o seguinte:-----

-----“Estivemos atentos ao documento que nos foi presente relativo à prestação de contas referente ao ano de 2005.-----

-----Não dispusemos de tempo suficiente para a sua análise, uma vez que se comemorou esta semana o dia 25 de Abril de 1974 e também o dia do Concelho, com as inerentes obrigações de presença nos eventos que a Câmara levou a efeito. -----

-----Tecnicamente o documento obedece às normas em vigor e nem de outra forma poderíamos admitir, face ao profissionalismo de quem o elabora.-----

-----Também no aspecto gráfico é de fácil leitura, excepto nos mapas de controlo orçamental e na execução anual das Grandes Opções do Plano. -----

-----No que se refere à análise pormenorizada do documento verificamos que na página 13 posição 8.2.7, no mapa Imobilizado Bruto «Outras Construções e Infra-estruturas» se procedeu a uma reavaliação no montante de 1 248 100,00€. Mais adiante é explicado que esta correcção se refere ao valor a facturar referente a electricidade e renda de infra-estruturas dos anos de 2001 a 2004 a efectuar, presumo que às Águas do Zêzere e Côa, S.A.

-----Discordo, uma vez que se trata de rendas e venda de electricidade. Estes valores deveriam estar numa conta de Débitos de Terceiros por contrapartida de uma conta de Acréscimo de Proveitos. -----

-----No ano de realização deveriam ser creditados na respectiva conta de proveitos por contrapartida de Acréscimo de Proveitos e no momento do recebimento numa conta de Disponibilidades por contrapartida da conta de Terceiros.-----

-----No que se refere ao valor em débito pelo tratamento de Efluentes, deverá ser contabilizado numa conta do Passivo (Terceiros), em contrapartida de uma conta de Custos. Não me parece que este movimento esteja tecnicamente correcto. -----

-----De referir que no Relatório de Gestão se diz relativamente a Acréscimos e Diferimentos – «Os custos e os Proveitos são reconhecidos contabilisticamente à medida que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos, de acordo com o princípio da especialização dos Exercícios».-----

-----No que se refere aos bens em regime de locação financeira, ponto 8.2.13, verificamos que no caso da máquina Caterpillar, o valor contabilístico actual é superior ao valor de aquisição. Tendo em conta que este equipamento já foi amortizado, como se justifica que o seu valor contabilístico seja superior ao valor de aquisição? Igual comentário para o veículo de recolha de resíduos, com a ressalva de a diferença entre o valor contabilístico ser pouco inferior ao valor de aquisição.-----

-----Já no que se refere à execução orçamental comparando com o plano de actividades e orçamento que nos foi proposto, está bastante aquém das nossas expectativas.-----

-----Tanto nas despesas como nas receitas, verificamos que existem grandes divergências, mas que não vamos aqui analisar, aliás já o fizemos em anos anteriores, sem que a resposta justificativa tenha sido conclusiva.-----

-----Quanto à conta Demonstração de Resultados, verificamos que se passou de um prejuízo de 30 165,47€ em 2004, para 602 746,45€ para 2005. Um aumento de prejuízo no montante de 572 580,98€, para que não vejo justificação no Relatório de Gestão.-----

-----Para um melhor entendimento seria necessário que este documento viesse acompanhado de um Balancete Analítico de conta 62, aliás solicitação que já foi feita na análise anterior.-----

-----Sabemos que nesta se encontrarão necessariamente discriminadas, todas as rubricas que aqui nos interessaria discutir e analisar, ao nível de redução da despesa corrente. De salientar que esta conta tem um aumento de cerca de 14% do ano de 2004, para o ano de 2005, o que se cifra em 159 342,26€ nela poderemos encontrar discriminado, o consumo de electricidade, de combustíveis de material de escritório, de despesas com viaturas, de despesas com seguros e de despesas com deslocações e estadas, etc..-----

-----Para melhor compreensão das várias rubricas de despesa com pessoal, solícito ao Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal se digne solicitar à Câmara Municipal, um mapa discriminativo das despesas escrituradas nas rubricas de Ajudas de Custo e Compensação por Deslocação em viatura própria.-----

-----Através deste documento, não nos é fornecida uma imagem tão nítida quanto o necessário, para podermos avaliar a gestão do Município, nomeadamente em Fornecimentos e Serviços de Terceiros e em Despesas com Pessoal.-----

-----O resultado desta gestão reflectiu-se num défice de 602 746,45€ no ano de 2005, sem que nos tenha sido justificado.-----

-----Os grandes objectivos traçados no Plano de Actividades, não foram minimamente atingidos.-----

-----As Rubricas referentes a despesas correntes sofreram no ano de 2005 subidas exageradas, pelo que não houve o devido controlo da despesa.-----

-----Durante o ano procedeu-se a várias revisões do Orçamento.-----

-----Aguardamos as explicações que V. Exa. Senhor Presidente entender por bem prestar-nos.-----

-----**A Senhora Deputada** Maria Dulce Ribeiro Pinheiro (CDU) disse o seguinte:-----

-----“Começando pela página 17 aparece-nos um mapa com as entidade societárias, o que me parece ser um mapa pequeno para as entidades que o município participa. Perguntava qual foi o critério para aparecerem só estas três, porque me parece que a Empresa

Municipal e a Associação de Municípios da Cova da Beira também poderiam fazer parte deste mapa.-----

-----Relativamente ao mapa de empréstimos, não consta tal como constava em documentos desta natureza em anos interiores, bem como o mapa de outras dívidas a terceiros que também não consta, pelo que gostaria de saber se há alguma razão para este não constar do documento. -----

-----Relativamente à apreciação, ficamos muito preocupados com o aumento das dívidas. Há um aumento das dívidas de médio e longo prazo em cerca de 220 000,00€ e as dívidas de curto prazo em cerca de 25 000,00€, a isto acresce o agravamento do prejuízo, uma vez que o resultado líquido do exercício sobe cerca de 30 000,00€ para 600 000,00€, pelo qual concluímos que as finanças podem vir a estar comprometidas ou então a gestão tem sido a mais correcta. Depois há um outro dado relacionado com compromissos por pagar e assumidos com o exercício de 2005 que também envolve cerca de 1 980 480,00€, SENDO dados preocupantes. -----

-----Na página 23, regista-se a subida brutal com o aumento da água e tratamento de efluentes, que passou de 2004, cerca de 10 000,00€ para, 1 400 000,00€, o que faz com que concluamos aquilo que já suspeitávamos que foi um mau negócio ter-se incluído as Águas do Zêzere e Côa, S.A.-----

-----Relativamente à captação de fundos do estado e fundos comunitários, vemos que dos cerca de quase 2 500 000,00€ orçamentados, unicamente se conseguiram captar cerca de 37 000,00€, isto é, tem uma realização de 12%, bem como na rubrica venda de bens de investimento tem uma realização de cerca de 1,5%, o que nos parece manifestamente muito baixo para aquilo que o executivo se propunha, aquando da apresentação do Plano e Orçamento de 2005.-----

-----Com isto verificamos que a capacidade de execução das Grandes Opções do Plano relativas a 2005 têm uma baixíssima taxa de execução, cerca de 44% e em que há promessas de obras orçamentadas que têm execução 0%, como por exemplo o Centro de Interpretação de Centum Cellas, a Casa da Torre de Caria, a Biblioteca e o Arquivo Municipal, o Centro de Congressos de Belmonte, a Escola de Música, o Memorial da Descoberta, Solar dos Cabrais, Complexo Desportivo, Cobertura do Polidesportivo de Caria, Estaleiros Municipais, Arranjos Exteriores do Edifício dos Paços do Concelho, Via Estruturante a Belmonte, Via Alternativa Pedro Álvares Cabral, Centro Coordenador de Transportes, diria que aqui houve «muita parra e pouca uva». Como se não bastasse, de referir ainda, que, naquilo que são as actividades mais relevantes do município, são áreas de investimento que o município tem como preferenciais e prioritárias, também aqui há investimento 0 nalgumas obras, como exemplo Carta Educativa, transferências de capital para áreas Desportivas e Recreativas, acções de formação de implementação da Rede Social, construção conservação de equipamentos de Postos Médicos e Enfermagem de Carvalhal Formoso, elaboração de Planos Municipais de Ordenamento do Território, construção e reparação de Pontões, isto fazia tudo parte do lote de acções que constituíam as actividades mais relevantes das Grandes Opções do Plano de 2005. Globalmente pelas contas que fizemos esta actividades mais relevantes não tiveram uma execução superior a 53,37% o que para actividades mais relevantes é uma taxa de execução paupérrima. -----

-----Gostaria ainda de referir que, do nosso ponto de vista aquela que é a verdadeira taxa de execução deste plano, aquela que demonstra que de facto há obra feita pelo município que é a aquisição de Bens de Capital tem uma taxa de execução de 34,3%, em ano de eleições muito se prometeu, muito pouco se fez.” -----

-----**O Senhor Deputado** José Martins da Fonseca (PS) no que concerne ao ponto em apreciação e discussão, disse o seguinte: -----

-----“É óbvio que as coisas nunca correm tão bem como desejaríamos, a insatisfação é própria do homem, mas pelas notícias que temos ouvido ultimamente, congratulamo-nos pelo facto de a Câmara Municipal de Belmonte ter tido uma taxa de execução, francamente melhor às que vimos anunciadas relativamente aos municípios vizinhos. Tenho notícias de que por exemplo o Fundão ficou-se por uma taxa de execução na ordem dos 25,8% em termos de Grandes Opções do Plano, e 37,03% em termos de taxa geral, relativamente à Câmara da Covilhã as taxas de execução são ainda inferiores. Isto quer dizer que algumas destas realizações não se conseguiram levar a efeito devido à crise económica. Como digo sem prejuízo de nos sentirmos sempre satisfeitos, que temos que almejar sempre e desejar sempre muito mais.” -----

-----De seguida o **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

-----**O Senhor Presidente da Câmara** começou por dizer que: -----

-----“O nosso Relatório de Gestão, espelha com exactidão aquilo que é a nossa Conta de Gerência, fizemos o melhor que sabíamos e podíamos e estamos claramente satisfeitos com os níveis de execução de taxas alcançadas, porque é notório que cumprimos as nossas estratégias. Também entendo que alguns dos Senhores Deputados tenham uma visão diferente daquilo que é a gestão municipal, embora não concorde mas aceito, porque são opiniões diferentes mas respeitáveis. Em relação a Conta de Gerência ela é basicamente um documento contabilístico de rigor, que reflecte aquilo que se passou no ano económico de 2005. -----

-----Em relação às questões colocadas pelo Senhor Deputado Acácio Dias (PSD) tenho a dizer-lhe que o Mapa das Ajudas de Custos não está aqui reflectido porque não existem, as ajudas custos dos funcionários e do executivo da Autarquia são bastante baixas, transportes em viatura própria são quase nulas, motivo porque não têm visibilidade em termos contabilísticos. Em relação às outras rubricas orçamentais que fazem parte do quotidiano da gestão contabilística municipal, há necessidade com alguma frequência de se fazerem transferências de valores entre rubricas, em função do andamento da gestão e a aquilo a que ela obriga. O Plano de Actividades e Orçamento são uma previsão que durante o ano sofre alterações por questões que nos são alheias, somos levados por circunstâncias externas a ter que fazer essas alterações, mas que não diminui em nada as estratégias que estão definidas. -----

-----Em relação aos valores das Águas do Zêzere e Côa, S.A., os valores referidos, não são ainda valores definidos, pelo que temos já uma provisão criada para acertos que se irão fazer em tempo oportuno. -----

-----Em relação às questões colocadas pela Senhora Deputada Dulce Pinheiro (CDU) e relativamente ao mapa onde figuram as empresas como societárias, algumas delas não figuram nele porque não são societárias. Relativamente à execução das rubricas temos uns com 0% mas também temos outras com uma taxa de execução de 100%, e em relação à situação financeira tenho a dizer-lhe que continuamos numa situação muito aceitável, pelo que efectuamos os pagamentos a 90 dias o que na maioria ou a grande maioria dos municípios não acontece. -----

-----Para concluir, esta estratégia foi a melhor na nossa opinião para servir os interesses do município e alcançarmos os objectivos a que nos propusemos”. -----

-----**O Senhor Deputado** Acácio Bernardo Nunes Dias (PSD) disse que: -----

-----“Gostaria que me fosse prestado um esclarecimento, relativamente ao mapa do activo bruto e imobilizado bruto, temos aqui nas reavaliações ou ajustamentos um aumento de 1 248 100,00€, que se refere possivelmente a reavaliação dos activos da câmara relativamente à Rede em Alta, de onde vem concretamente este valor, pelo que pergunto se é um activo ou um passivo? -----

-----**O Senhor Presidente da Câmara** esclareceu que:-----

-----São valores que irão ser reavaliados, uma vez que são custos que a câmara suportou que já foram pagos à EDP, nomeadamente a electricidade. -----

-----**O Senhor Deputado** Acácio Bernardo Nunes Dias (PSD) disse que: -----

-----Se são custos, não pode ser uma reavaliação do activo imobilizado, porque se não iria alterar grandemente os resultados do exercício da Câmara Municipal.-----

-----**A Senhora Deputada** Maria Dulce Ribeiro Pinheiro (CDU) no seguimento dos esclarecimentos prestados pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal disse: -----

-----“Para registar que não recebi qualquer resposta, relativamente à falta dos mapas como em anos anteriores, que em documentos desta natureza constavam, nomeadamente o mapa de Empréstimos, o mapa de Outras Dividas a Terceiros, pelo que sugeria que no futuro estes fossem incluídos.-----

-----Gostaria de acrescentar que com todo o respeito que me merecem os países do terceiro mundo, se nós nos compararmos com eles, nós somos ultra desenvolvidos. Portanto o facto de dizerem que há outras câmaras que..., para mim não diz rigorosamente nada, o que eu sei é que nós estamos a apreciar um documento onde se avalia o grau de execução do Plano e Orçamento de 2005, e aquilo que, aqui trouxe em nome da bancada da CDU são os dados que nos foram fornecidos a observar e a analisar. Se os dados que constam da comunicação social são outros, eles aqui não o transparecem e nós também não os podemos dizer. Por último, queria dizer que é público que nós estamos contra este tipo de gestão e iremos votar contra este Relatório de Gestão Documentos de Prestação de Contas.”

-----**O Senhor Presidente da Assembleia** informou que se iria passar à votação do ponto em discussão. Tendo a Assembleia Municipal deliberado, por maioria, aprovar o Relatório de Gestão Documentos de Prestação de Contas do ano de 2005, com 13 votos a favor do PS e do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Colmeal da Torre e com 7 votos contra do PSD e da CDU. -----

-----**O Senhor Deputado** José Carlos Dias Duarte Gonçalves (PSD) apresentou uma declaração de voto: -----

-----Declaração de voto: “Não estando em causa o documento sob o ponto de vista contabilístico, os deputados do Partido Social-Democrata votaram contra o Relatório de Gestão Documentos de Prestação de Contas do ano de 2005, por entenderem que o mesmo reflecte um conjunto de iniciativas de investimento que não são coincidentes com a estratégia de desenvolvimento económico e social que pretendemos ver no Concelho de Belmonte.” -----

-----**A Senhora Deputada** Maria Dulce Ribeiro Pinheiro (CDU) apresentou declaração de voto:

-----Declaração de voto: “Mais de Menos”. -----

-----É assim que podemos resumir a apreciação ao Relatório de Gestão e Contas da Câmara Municipal de Belmonte do ano de 2005. -----

-----Na verdade, em ano de eleições, prometeu-se muito e fez-se pouco, muito pouco, apesar do aumento da dívida, quer de médio e longo prazo, quer de curto prazo. -----

-----Venda de bens de investimento (executado – 36 mil 978 euros) quando o orçamentado em 2005 foi de mais de 2 milhões e 400 mil euros. Ou seja, sempre a mesma técnica – inflacionou-se o orçamento para permitir a inclusão de obras que sabemos (e a Câmara também sabe) não serem passíveis de concretização como se confirma pela baixíssima taxa de execução que em 2005 se cifrou nos 44,6%. Também na promessa de captação de verbas do Estado – participação comunitária projecto co-financiados a taxa de execução se ficou pelos 12,18%. Mais uma vez, a Câmara não alcançou a positiva. -----

-----Significativo é o facto de, tal como em 2004, a Execução Anual das Actividades mais Relevantes, de acordo com a estimulante nomenclatura adoptada pela autarquia, terem: “pasmese” nula execução, ou seja, 0%, em áreas como: Carta Educativa, Transferências de Capital para a Área Desportiva e Recreativa, Acções de Formação e de Implementação da Rede Social, Extensão de Saúde de Carvalhal Formoso, Elaboração de Planos Municipais de Ordenamento, Construção e Reparações de Pontões. Falando de Actividades Mais Relevantes é inadmissível que globalmente a capacidade de realização se fique pelos 53,37%.-----

-----Particular preocupação no domínio orçamental prende-se com a evolução do passivo financeiro, designadamente no que às dívidas de curto prazo diz respeito. Temos 1.980.149,56€, de compromissos que ficam por pagar do exercício de 2005; temos a dívida de médio e longo prazo de 1.956.725,65€, que aumentou; temos a dívida de curto prazo de 971.560,07€ que continua a “engordar”. Não se contraem empréstimos à banca mas sim aos fornecedores, que forçosamente terão de esperar por melhores dias. Além de que fica em causa a real capacidade financeira da autarquia para fazer face a estes compromissos.-----

-----Acresce a estes dados o agravamento significativo do Resultado Líquido do Exercício. Passou dos – 30 mil euros em 2004 para os – 600 mil euros em 2005. Este facto sé tem uma explicação: Pior Gestão. -----

-----Quanto às contas com a Empresa Águas do Zêzere e Côa verificamos agora na rubrica “Acréscimos de Custos” que de 2004 para 2005 há um salto de mais de 1 milhão e 400 mil euros, ou seja, mais de 280 mil contos na moeda antiga. Um mau negócio e um salto no escuro que se vai confirmando a cada ano que passa, agravando se tivermos em conta os projectos do Governo PS para o sector da água (mais aumentos e mais taxas na linha da recentemente aprovada Lei da água que aponta para o caminho da privatização). -----

-----Regista-se como negativo o facto de o documento em apreciação não incluir, como em anos anteriores, o Mapa dos Empréstimos e o das Outras Dívidas a Terceiros, (que acabou por se justificar com um esquecimento).-----

-----Face a tudo isto ainda assinalamos execução zero em obras orçamentadas, designadamente: na Educação Pré-Escolar; no Centro Interpretativo de Centum Cellas; na Cãs da Torre de Caria; na Biblioteca e Arquivos Municipais; no Centro de Congressos; na Escola de Música; no Memorial das Descobertas; no Solar dos Cabrais; no Complexo Desportivo de Belmonte; na cobertura do Polidesportivo de Caria; na construção dos Estaleiros Municipais; nos arranjos exteriores das traseiras dos Paços do Concelho; no Parque de Mercados e Feiras; na Via Estruturante Oeste a Belmonte; na Via Alternativa à Rua Pedro Álvares Cabral; no Centro Coordenador de Transportes Terrestres... Obras estas que, tal como referimos na discussão das Grandes Opções do Plano e Orçamento 2005, fazem parte do lote “muita parar e pouca uva”. -----

-----Perante o exposto facilmente se conclui que não partilhamos nem das prioridades, nem da estratégia de gestão, pelo que se justifica o voto contra a este Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas da Câmara Municipal de Belmonte de 2005.” -----

-----**2 – 1º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS SENHORES MUNÍCIPES:** -----

-----**O Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao público presente tendo havido intervindo o Senhor Munícipe José Armando Amaro dos Santos. -----

-----O Senhor José Armando Amaro dos Santos questionou o Senhor Presidente da Câmara em que situação se encontrava a Revisão do PDM, e porque motivo ainda não foi posto à discussão na Assembleia Municipal. -----

-----**O Senhor Presidente da Câmara** esclareceu o Senhor munícipe dizendo que:-----

-----“A Revisão do PDM do Concelho de Belmonte está a decorrer de acordo com os tramites normais, a equipa contratada para o efeito está a fazer um diagnóstico, afim de serem propostas algumas soluções e posteriormente irá ser debatido, em tempo oportuno, pelo Executivo Municipal e a seu tempo será tornado público.” -----

-----**O Senhor Presidente da Assembleia** propôs a aprovação de todas as deliberações em minuta, tendo a Assembleia deliberado aprovar por unanimidade.-----

-----E, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada esta reunião, da qual eu, _____,Primeiro Secretário da Mesa, redigi, subscrevi e assino a presente acta. -----